

BOLETIM 377

Brasília, 26 de junho de 2017

Comissão de Constituição e Justiça do Senado pode votar reforma trabalhista nesta quarta-feira (28)

A proposta de reforma trabalhista, contida no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, será submetida a mais uma votação no Senado. Agora é a vez de os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) opinarem. A reunião está marcada para 10h de quarta-feira (28). Um dia antes, haverá duas audiências públicas, pela manhã e à tarde.

Conforme ficou acertado com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), os opositores prometeram não fazer manobras para atrasar a votação ou obstruir os trabalhos. Ainda assim, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator da proposta nas comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos, já avisou que a votação vai ocorrer, mesmo que a reunião entre pela madrugada.

Oposição - Animados pela recente vitória na Comissão de Assuntos Sociais, quando derrubaram o relatório de Ferraço, os opositores acreditam que poderão virar o jogo também na CCJ ou, posteriormente, no Plenário.

O senador Paulo Paim (PT-RS) já está elaborando seu voto em separado, com a ajuda de



entidades representativas de especialistas, advogados e juízes, advertindo que se trata de um projeto que fere a Constituição.

— Na CAS ganhamos por um voto. O voto da consciência, da humanização e da esperança. Semana que vem é na CCJ. Antes, vamos ouvir juristas, empresários e sindicalistas. Quero ver um só que tenha coragem de defender esse projeto como está aqui — afirmou Paim nesta sexta-feira (23).

Até agora, oficialmente, a CCJ recebeu apenas um voto em separado. É de Eduardo Braga (PMDB-AM), que opina pela rejeição. O senador aponta itens do projeto que vão contra os direitos do trabalhador, na opinião dele, e por isso afirma que a proposta não merece a chancela do parlamento. Braga é mais um peemedebista a se manifestar contra a reforma, a exemplo de Renan Calheiros (AL), Roberto Requião (PR) e Hélio José (DF). Também em entrevista à Rádio Senado, o senador Hélio José (PMDB-DF) afirmou que se o relatório de Jucá continuar semelhante ao apresentado na CAS, ele novamente votará contra.

Pesquisa — Tema de grande interesse nacional, a reforma trabalhista tem sido avaliada

pela população na consulta pública aberta no e-Cidadania, na página do Senado na internet. Até a manhã desta sexta-feira, 129,5 mil pessoas se manifestaram contra a proposta. Apenas 5,7 mil participantes registraram voto a favor.

Segundo Paim, essa rejeição é óbvia e reflete a perversidade da proposição:

— É a desumanização da ação política. O homem se transforma num opressor. O país passa a ser uma grande senzala, desta vez não só de negros, mas com brancos, idosos, mulheres, trabalhadores do campo e da cidade. Não podemos aceitar. Isso não é um processo natural do mundo do trabalho. Não é natural. É desumano.

Fonte: Agência Senado

Paim apresenta à CCJ voto pela inconstitucionalidade da reforma trabalhista

O senador Paulo Paim (PT-RS) *(foto)* apresentou nesta sexta-feira (23) à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) um voto em separado contra a reforma trabalhista (PLC 38/2017). Para Paim, a proposta do governo Temer deve ser integralmente rejeitada por ser inconstitucional e ameaçar o “projeto de sociedade” que se consolidou no Brasil ao longo do último século.

O voto de Paim é o segundo recebido pela CCJ nesta semana que defende a rejeição completa da reforma trabalhista. O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) havia feito o mesmo na quinta-feira (22). O relatório oficial, do senador Romero Jucá



(PMDB-RR), argumenta em favor da aprovação do projeto, sem alterações.

A CCJ deve votar a reforma trabalhista na próxima quarta-feira (28). Antes da votação, todos os votos em separado, que divergem do relatório, serão lidos pelos seus autores. Independente da decisão final da comissão, o PLC 38 seguirá, depois, para o Plenário do Senado.

Direitos - Em seu voto, Paim argumenta que a Constituição Federal de 1988 sacramenta uma “sociedade de direitos”, concluindo um processo que se iniciou, segundo ele, com a outorga da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943.

“O que se [exprime] é a intenção clara de fazer dos direitos sociais um objeto em permanente construção, em que à consolidação de um direito seguiria a incorporação de outro. Esse projeto se encontra sob ataque. Os grupos que não se conformam com esse projeto de sociedade para todos, que preferem a sociedade em benefício de alguns e exclusão de muitos, se mobilizam para modificar drasticamente esse modelo”, alerta ele em seu texto.

O senador também destacou que a reforma, desde o seu início na Câmara dos Deputados, não passou por “amplo debate” com a



sociedade civil e tramitou com “invulgar celeridade”. Segundo ele, a maioria das intervenções que o texto promove sobre a CLT foi apresentada “de forma surpresa” pelo relator na Câmara, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN). Para Paim, a reforma trabalhista sofre de “déficit democrático”.

Inconstitucionalidades

Devido ao que percebe como ausência de diálogo com os trabalhadores, Paulo Paim afirma que o PLC 38/2017 é inconstitucional por violar duas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) das quais o Brasil é signatário. Essas convenções preveem a discussão de quaisquer modificações da legislação trabalhista com representantes dos empregados e dos patrões.

Paim também diz ver inconstitucionalidades nos pontos do projeto que tratam da regulamentação do contrato intermitente — no qual o trabalhador é contratado por um número específico de horas e pago por hora trabalhada. Para o senador, esse modelo de contratação viola o direito constitucional ao salário mínimo, uma vez que o trabalhador pode receber menos do que esse valor se for convocado para trabalhar por poucas horas em um mês.

A ampliação da terceirização e a diferenciação entre trabalhador autônomo e empregado regular, outras propostas da reforma, retiram direitos ao não garantir ao trabalhador um contrato regular integral, afirma Paim. Também representa inconstitucionalidade, na visão do senador, a previsão de que negociações coletivas possam tomar decisões que contrariem a legislação trabalhista — fenômeno chamado de “negociado sobre legislado”.

Outro dispositivo que Paim questiona é a modificação de regras para o acesso gratuito à

Justiça do Trabalho. Na visão do senador, a versão apresentada pela reforma tira de muitos trabalhadores o direito à gratuidade, uma vez que remove da CLT essa garantia a quem apenas declarar não ter condições de arcar com os custos processuais.

União - O senador Paulo Paim afirma que a existência de mais de um voto em separado contra a reforma, não tornará “difusa” a resistência a ela, pelo contrário. Ele lembrou que, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde a proposta foi rejeitada, também havia mais de um voto contrário, mas a oposição de uniu e conseguiu fazer prevalecer um deles — no caso, o de Paim.

— Eu acho que todos os votos em separado que sejam apresentados vão na mesma linha. No caso da CAS o nosso capitaneou, mas mediante um amplo acordo. Entendo que vai acontecer a mesma coisa na CCJ. O importante para nós é rejeitar esse monstro que veio da Câmara e aprovar o voto da oposição — disse o senador nesta sexta-feira.

Paim disse que o seu voto foi preparado em colaboração com a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e membros do também de contribuições do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Fonte: Agência Senado



Reforma trabalhista: tendência de voto na CCJ do Senado

O projeto de reforma trabalhista-sindical (PLC 38/17) deu mais um passo, nesta quarta-feira (21), com a leitura do parecer favorável do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Foi aprovado na semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e rejeitado, na terça-feira (20), na de Assuntos Sociais (CAS).

ENTRE EM CONTATO COM OS MEMBROS DA CCJ DO SENADO

Numa análise prévia da composição da CCJ, cuja maioria é governista, mantida a lealdade dos integrantes da base, pode-se chegar à conclusão, em princípio, que o Planalto poderá ter 15 ou 16 votos favoráveis ao texto aprovado pela Câmara.

A oposição, que tem sido muito aguerrida no combate à matéria, pode ter 10 ou 12 votos. O comportamento dos integrantes do DEM é incerto, embora faça parte da base aliada. O senador Ronaldo Caiado (GO), tem tido uma postura oposicionista ao governo. E a senadora Maria do Carmo (SE), sequer votou na CAS.

A votação da matéria está prevista para a próxima quarta-feira (28). Antes, o colegiado vai realizar, na terça (27), duas audiências públicas. Uma pela manhã e outra à tarde.

Há duas vagas a serem preenchidas na CCJ. Uma de titular no Bloco Social Democrata (PSDB,

DEM) e a outra de suplente no Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT).

PMDB, PP e PSD - A vitória na CAS deu vitalidade e abriu mais possibilidades de derrotar o governo, desde que se amplie as articulações com os senadores do PMDB, PP e PSD. São destes partidos que podem sair os votos capazes de reverter a tendência de aprovação do projeto.

A base, em particular, os integrantes destes três partidos no Senado estão inseguros quanto a continuidade do governo Temer e também se encontram em final de mandato. Por isso, estão sensíveis às pressões de suas bases eleitorais. Explorar essa contradição objetiva vai ajudar muito no trabalho contra a tendência de aprovação do projeto.

Sendo aprovado na CCJ, o texto segue para o plenário. Veja a seguir a tendência de voto de cada um dos senadores.

Quem deve votar a favor - 15 votos:

- 1) Edison Lobão (PMDB-MA)
- 2) Simone Tebet (PMDB-MS)
- 3) Valdir Raupp (PMDB-RO)
- 4) Jader Barbalho (PMDB-PA)
- 5) José Maranhão (PMDB-PB) – Jucá votará no lugar do senador
- 6) Antonio Anastasia (PSDB-MG)
- 7) Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
- 8) Ronaldo Caiado (DEM-GO)
- 9) Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
- 10) Armando Monteiro (PTB-PE)
- 11) Eduardo Lopes (PRB-RJ)
- 12) Magno Malta (PR-ES)
- 13) Wilder Moraes (PP-GO)
- 14) Benedito de Lira (PP-AL)
- 15) Ricardo Ferraço (PSDB-ES) – cargo vago, do bloco PSDB-DEM

Quem deve votar contra - 11 votos:

- 1) Jorge Viana (PT-AC)
- 2) José Pimentel (PT-CE)
- 3) Fátima Bezerra (PT-RN)
- 4) Gleisi Hoffmann (PT-PR)
- 5) Paulo Paim (PT-RS)
- 6) Marta Suplicy (PMDB-SP)
- 7) Acir Gurgacz (PDT-RO)
- 8) Lasier Martins (PSD-RS)
- 9) Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
- 10) Randolfe Rodrigues (Rede-AP)
- 11) Eduardo Braga (PMDB-AM)

Indefindo

- 1) Roberto Rocha (PSB-MA)

Fonte: Diap

Centrais Sindicais reafirmam protestos contra reformas, dia 30

As Centrais Sindicais se reuniram nesta sexta (23), na sede do Dieese, em São Paulo, e divulgaram Nota Conjunta em que conclamam parar o Brasil contra a reforma trabalhista, em defesa dos direitos e da aposentadoria.

A Agência Sindical cobriu a reunião e repercutiu a Nota e declarações de sindicalistas.

O texto enfatiza que as Centrais têm acompanhado os desdobramentos da crise econômica, política e social, bem como a tentativa de retirada dos direitos dos trabalhadores, através das reformas trabalhista e da Previdência.



O texto também exalta a ação unitária, que tem resultado em grandes mobilizações em todo o País, como nos dias 8 de março, 15 de março, na Greve Geral em 28 de abril e no Ocupa Brasília dia 24 de maio. Como resultado do amplo movimento, conseguiu-se frear a tramitação da Reforma da Previdência e tivemos uma primeira vitória na reforma trabalhista, com a reprovação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Mas, destaca a Nota, ainda não enterramos essas reformas, e por esse motivo, continuamos em luta.

Nesse contexto, as Centrais reunidas nesta sexta (23) conclamaram as entidades de trabalhadores a construir o dia 30 de junho de 2017 e o seguinte calendário de luta:

Dia 27: audiência dos presidentes das Centrais Sindicais no Senado; 27 a 29: ações nos aeroportos, nas bases dos senadores e no Senado; dia 30: parar o Brasil contra a reforma trabalhista, em defesa dos direitos e da aposentadoria.

OUTRAS - No dia da votação da reforma trabalhista no Senado, mobilização em Brasília.

Para as Centrais, a unidade de ação é crucial na luta, sobretudo em momentos conturbados como o atual.



Assinam a Nota CUT, Força Sindical, UGT, Nova Central, CTB, CSB, Intersindical, CSP-Conlutas e CGTB.

O diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, destaca que o cronograma das Centrais está voltado para a pressão no Senado, visando influir no processo de votação. “Esperamos obter no plenário uma votação contrária à aprovação da reforma trabalhista”, comenta.

Mais informações: sites das Centrais

Fonte: Agência Sindical

Começa hoje IV Congresso Nacional da Nova Central

A comissão organizadora do IV Congresso Nacional da Nova Central que se realizará de 26 a 28 de junho nas dependências do Centro de Treinamento Educacional da CNTI em Luziânia – GO se reuniu na manhã de quinta-feira (30/3) em Brasília, e definiram os principais temas que serão apreciados e debatidos pelos delegados (as) no evento.

De acordo com Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário Geral da instituição que coordena a comissão, os assuntos atuais e de grande relevância para a classe trabalhadora serão divididos em “cinco grupos temáticos” em uma delegação de mais de 1.500 sindicalistas de todos os Estados brasileiros.

“Nosso tema principal será (Desenvolvimento com Justiça Social: Sem Nenhum Direito a Menos!). Discutiremos o Mundo do

4º CONGRESSO NACIONAL
www.ncst.org.br

DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIAL; SEM NENHUM DIREITO A MENOS

26 a 28 de junho de 2017
LOCAL: CTE/CNTI
Centro de Treinamento Educacional - Luziânia - GO
ncst@ncst.org.br
61.3226-4000

REALIZAÇÃO: NCST NOVA CENTRAL

APOIO: CONFEDERAÇÕES, FEDERAÇÕES E SINDICATOS FILIADOS.

CNTI CNTT GFECC CONTRICOM

A CENTRAL QUE DEFENDE A CLASSE TRABALHADORA!

Trabalho; as Políticas Públicas; o Sistema Nacional **MAZINHO** – O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, que também é vice-presidente nacional da NCST, participará do evento no Centro de Treinamento da CNTI, em Luziânia (GO).

Segundo o dirigente sindical, “o Congresso da Nova Central acontece num momento muito delicado para os trabalhadores, sendo mais uma oportunidade para debatermos as estratégias do



movimento sindical para barrar os retrocessos que nos ameaçam atualmente”.

Fonte: NCST/Comunicação CONTRICOM

Câmara analisa projeto que iguala dirigentes de associações aos de sindicatos

A Câmara dos Deputados analisa projeto de lei que iguala os dirigentes e representantes de associações de trabalhadores aos dirigentes sindicais.

A proposta, ainda não numerada, foi elaborada pela Comissão de Legislação Participativa a partir de uma sugestão (86/16) apresentada pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil.

A proposição estende aos representantes das associações as garantias dadas aos dirigentes sindicais pela CLT, que é alterada pelo projeto.

Transferência ou dispensa - Entre essas garantias, está a de não poder ser impedido do exercício de suas funções nem transferido para lugar que dificulte o desempenho das atribuições sindicais.

A lei vigente também proíbe a dispensa do empregado sindicalizado ou associado em cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional.

Livre organização - O texto foi relatado pela deputada Erika Kokay (PT-DF) e aprovado no último dia 13 pela Comissão de Legislação Participativa. Segundo a parlamentar, a medida favorece a livre

organização e amplia os mecanismos de defesa coletiva dos trabalhadores.

“Dada a similaridade da atuação dos representantes das associações de trabalhadores com a atuação dos dirigentes sindicais, é justo que se estendam as garantias que a ordem jurídica trabalhista já coloca à disposição das organizações sindicais”, afirmou Kokay.

Fonte: Agência Câmara

AGENDA DO PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Participa, em Luziânia (GO), da abertura do IV Congresso Nacional da NCST, que acontecerá até o próximo dia 28 de junho.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)